

Gênero, Sexualidade e Movimentos Sociais

Reconfigurações e resistências
de lutas feministas e LGBTI

Lucas Bulgarelli e Paula Alegria



Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Das Luiza Bulcãoelli e Paula Alegria

Parte 1

Introdução aos protestos do século XXI

Objetivo: Apresentar diferentes teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Parte 2

Cidadania, direitos e políticas sexuais e de gênero

Objetivo: Apresentar o processo de “cidadanização” dos direitos relativos a gênero e sexualidade no Brasil, a partir da Constituição de 1988.

Parte 3

Entre “ondas” e “primaveras”: Transformações de ativismos feministas e LGBTI

Objetivo: Apresentar as produções etnográficas recentes sobre os ativismos contemporâneos de gênero e sexualidade no Brasil e na América Latina.

Parte 4

Feminismo negro e interseccionalidades

Objetivo: Apresentar o marco dos estudos sobre o feminismo negro para a crítica sobre o “feminismo universal” e a expansão das abordagens pautadas pelas interseccionalidades.

Parte 5

Transfeminismo

Objetivo: Apresentar os principais debates sobre transfeminismos na atualidade e o impacto das suas atuações para os movimentos feminista e LGBTI.

Parte 6

Conservadorismos e moralidades na conjuntura atual

Objetivo: Apresentar os principais debates contemporâneos sobre as questões de gênero e sexualidade.

Apresentação

Este material foi produzido com base nos conteúdos do Curso de Atualização “Gênero, sexualidade e movimentos sociais: reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI”, ministrado por Lucas Bulgarelli (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/USP) e Paula Alegria (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/USP), sob a coordenação do professor Dr. Júlio Simões (Departamento de Antropologia/USP), durante os meses de março e abril de 2019, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O presente material propõe um panorama dos processos de construção e reconstrução de agendas nos movimentos feministas e LGBTI no Brasil. O ponto de partida resgata os processos de transformação, cidadanização e democratização das demandas políticas que se intensificam na virada do século, apresentando desafios a respeito da proliferação de formatos de atuação e de engajamento.

Com isso, é possível reconhecer uma produção crescente de repertórios, estratégias e estilos de atuação política em ambos os movimentos. Tal processo também passou por um intercâmbio entre militantes e pesquisadores acerca do uso de teorias decoloniais ou pós-estruturalistas, bem como estudos desenvolvidos no campo da sexualidade, dos feminismos negros e interseccionais, do putafeminismo e do transfeminismo. Nos tempos atuais, isso diz respeito aos novos usos atribuídos a conceitos e categorias que têm sido forjados em intenso debate entre a academia e os movimentos sociais.

A trajetória de atuação e de engajamento dos movimentos feministas e LGBTI no Brasil têm sido acompanhadas por uma tradição de estudos sobre gênero e sexualidade no âmbito das Ciências Sociais. A bibliografia especializada das últimas décadas realizou um esforço de síntese, interpretação e descrição de diferentes momentos. A pluralidade de vozes e as tensões que constituem as diferenças entre lutas feministas e LGBTI atravessaram variados contextos políticos, econômicos e institucionais. Atualmente, a diversificação de formatos e estratégias de atuação política tem sido alvo de novos estudos.

Neste sentido, ao longo do material, busca-se compreender as reconfigurações das lutas feministas e LGBTI dos últimos anos por meio da leitura de textos que descrevem e analisam as principais transformações nos ativismos de gênero e sexualidade no século XXI. Acredita-se, portanto, que o material amplia e divulga o conhecimento produzido na universidade e contribui para a formação de importantes fóruns de discussão e de extensão universitária abertos à sociedade civil.

Os responsáveis, Lucas Bulgarelli e Paula Alegria, ambos pesquisadores de Doutorado do PPGAS e pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre os Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS/USP), dedicam-se a temas de pesquisa relacionados ao estudo dos movimentos sociais articulados aos marcadores sociais da diferença, mais especificamente àqueles vinculados a questões de gênero e sexualidade.

Boa leitura!

Sumário

Parte 1	5
Parte 2	7
Parte 3	9
Parte 4	12
Parte 5	17
Parte 6	20

Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Parte 1

Introdução aos protestos do século XXI

O século XX é marcado, em diferentes contextos, por profundas transformações em relação às mobilizações coletivas. De acordo com T

De acordo com Angela Alonso, o mundo do trabalho “perde a centralidade no capitalismo tardio” e a “ideia oitocentista de ‘autogoverno dos trabalhadores’ do movimento operário se esvai”. Para ela, os “novos sujeitos” não são “classes” propriamente, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Alonso entende estas transformações por meio da noção de “minorias excluídas”: negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais...

Neste cenário, os “novos movimentos sociais” não se organizam em combate ou em conquista do Estado: “recorrem à ação direta, como agentes de pressão social - voltados para persuadir a sociedade civil, demandam uma democratização social (não no plano das leis, mas dos costumes)”.

Por meio dos estudos de Habermas, Alonso defende que mais do que questões redistributivas, tais movimentos estão “empenhados numa luta simbólica em torno da vida, como formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais” (narrativa da qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos...).

A partir dos anos 90, o ativismo passa a ser visto como fluxo contínuo de interação social. Alonso defende que os movimentos sociais passam a ser uma estruturação “policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulam recursos, valores, informação, poder”.

Além disso, vale chamar a atenção para o papel da internet e as redes sociais como espaço de autonomia para além do controle do governo ou de empresas. Manuel Castells é um dos estudiosos que se dedicam a compreender a natureza e as perspectivas dos movimentos sociais em rede, com a esperança de identificar os novos rumos da mudança social e analisar as suas complicações políticas.

Para ele, da segurança do ciberespaço à ocupação do espaço público, as reivindicações que passam a tomar lugar com as novas tecnologias pleiteiam justiça social e democracia real no contexto de emergência da “auto-comunicação”, ou seja, do “uso da internet e das

redes sem fio em perspectivas horizontais de comunicação digital com potenciais de mobilização política”.

Castells entende que este formato de atuação passa por estabelecer uma relação tensa com os partidos políticos, bem como identifica a construção de uma desconfiança em relação à mídia: não há liderança ou organização formal – a sustentação dá-se pela internet e por assembleias locais. Por isso defende que as redes de comunicação passam a ser “uma das fontes de construção do poder e a produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvimento de redes autônomas de comunicação horizontal para inventar novos programas e compartilhar experiências”.

Os estudos desenvolvidos por Judith Butler daquilo que identifica como uma teoria performativa da assembleia oferecem ferramentas para compreender assembleias públicas e manifestações populares contra a condição precária, como a Primavera Árabe e o Occupy. Butler nota que tais manifestações apresentam como traço seu caráter constitutivo e crítico da transitoriedade, pois se formam inesperadamente e se dissolvem. Trata-se de chamar a atenção para a importância da reunião dos corpos em assembleia e da “transmissão de significados políticos não apenas pelo discurso, mas pelas ações corporificadas”: essas reuniões funcionam como um dos momentos “fugitivos” da democracia.

Para Butler, Liberdade de assembleia ≠ Liberdade de expressão: Somente quando os corpos se juntam na rua, na praça ou outros espaços públicos (incluindo virtuais), eles exercitam um direito plural e performativo de aparecer: o corpo no meio do campo político, em sua função expressiva e significativa.

Material de Apoio Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MORAES, Alana e TIBBLE, Jean. Quando novos personagens entram em cena?. In: MORAES, Alana.; TARIN, Bruno. e TIBBLE, Jean. (Org.). **Cartografias da Emergência: novas lutas no Brasil**. 1ed. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2015.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. São Paulo: Civilização Brasileira. 2018 [2015]. Trad. Fernanda Siqueira Miguens.
- JASPER, James. **Protesto** - Uma introdução aos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. São Paulo: Lua Nova, 76, 2009, pp. 11-48
- TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3, Brasília, 2010, pp.133-160.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011. In HARVEY, David. **Occupy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo. 2012

Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Parte 2

Cidadania, direitos e políticas sexuais e de gênero

A Constituição de 1988 pode ser entendida como o resultado de um processo de democratização que teve início nos anos 1970. Para Sergio Carrara e Adriana Vianna, “Constituição Cidadã” passou a representar “uma expressão da força dos movimentos sociais e a consolidação da sexualidade e da reprodução como um campo legítimo de exercício de direitos”. Para eles, tratava-se da promoção da agenda dos direitos humanos: além dos direitos sociais, são trazidos à tona os direitos reprodutivos de mulheres e os direitos de diferentes minorias sexuais.

Os autores recuperam que a emergência da noção de direitos reprodutivos e direitos sexuais e a crescente utilização da linguagem dos direitos humanos consolidam uma ampla agenda de reivindicações relativas aos corpos e às práticas sexuais (Conferência do Cairo em 1994 e Conferência de Pequim em 1995). Isto significa mais que o mero reconhecimento de que essa dimensão foi alvo da ingerência autoritária do Estado no passado e agora de proteção especial. É aspecto central de um processo mais amplo de transformação.

Essencial neste processo é entender, para os autores, o conflituoso processo de “cidadanização” de diferentes sujeitos políticos, cujas identidades articulam-se, seja na linguagem do gênero (“mulheres”, “travestis”, “transexuais femininos e masculinos”), seja na da sexualidade ou orientação sexual (“gays”, “lésbicas” e “bissexuais”).

O público e o privado (ou “o pessoal é político”): a equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família.

Carrara e Vianna destacam ainda algumas ausências no texto constitucional quando de sua promulgação, como o veto às questões de discriminação em termos de orientação sexual e identidade de gênero.

Com o decorrer do tempo, estudos como o de Silvia Aguião chamam a atenção para a transformação das atividades e estratégias do movimento. Aguião chama a atenção para um caráter dos movimentos sociais de produzirem uma impressão de unidade quando olhados de fora; se o foco for colocado em suas diferenças, essa aparência de objeto uniforme se fragmenta. A partir daí, a autora aborda a necessidade de “uma análise mais cuidadosa das relações entre Estado e Sociedade nos nossos países” e também que “não são os fenômenos singulares que devem ser comparados, mas sim os processos”.

“Sendo assim, é possível afirmar que a minha própria inserção é representativa também de um movimento crescente de maior circulação de atores entre ativismo, academia e governo ou do embaralhamento de posições, já que muitos ativistas vêm sendo absorvidos por novas esferas de *participação* e que grande parte da produção acadêmica vem sendo articulada como instrumento de reivindicação política pelo ativismo.” “Se as margens do que exatamente delimita os sujeitos que podem ou não ser incluídos sob esse enquadramento continuam não estando muito claras - e com sorte nunca estarão - esse vocabulário foi estabelecido”. “Ao final (...) será possível perceber essa estabilização através da multiplicação das iniciativas e políticas de governo que assumem a “população LGBT” como o seu objeto de mobilização e intervenção nos últimos anos.” “Da leitura extensa apresentada por Simões e Facchini (2009) dos processos de incorporação de “identidades” que desembocou na atual denominação “Movimento LGBT”, para designar o que um dia já foi chamado “Movimento Homossexual Brasileiro” - ou “MHB”, podemos abstrair uma marcação temporal sucinta. (AGUIÃO, 2014)

Material de Apoio

Referências bibliográficas

- AGUIÃO, Silvia. 2014. **“Fazer-se no Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos ‘LGBT’ como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”. In: OLIVEN, R.; RIDENTIM, M; BRANDÃO, G.M (orgs). **A Constituição de 1988 na vida brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec; 2008. p. 334-59.
- PRA, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu** [online]. 2014, n.43, pp.169-196.
- MCRAE, Edward. **A construção da igualdade. Identidade Sexual e Política no Brasil da ‘Abertura’.** Campinas: Editora da Unicamp. 1990.
- CARRARA, Sergio. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. In: **Mana** vol.21 no.2 Rio de Janeiro Aug. 2015.
- CARRARA, Sérgio.. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47. 2016.
- VIANNA, Adriana. Atos, sujeitos e enunciados dissonantes: algumas notas sobre a construção dos direitos sexuais. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos.** São Paulo: Annablume, 2012, pp. 227-244.

Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Parte 3

Entre “ondas” e “primaveras”: Transformações de ativismos feministas e LGBTI

Os estudos de gênero e de sexualidade buscaram compreender as transformações nas lutas feministas e LGBTI investindo em ferramentas de análise capazes de descrever mudanças e reconfigurações destas lutas. Para Sonia Alvarez, o investimento em uma análise processual e relacional para repensar as mudanças e as dinâmicas dos feminismos no Brasil e na América Latina tem sido uma aposta de análise.

Para isso, Alvarez admite os feminismos como “campos discursivos de ação” (ao invés de “movimento feminista”) e a tensão entre a noção de uma “sociedade civil” à parte de uma “sociedade política”: *“esses espaços discursivos, em si mesmos, constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. Quer dizer, não são espaços pré-políticos nem para-políticos, como fica implícito na distinção comumente feita entre movimentos ‘sociais’ e partidos, instituições ou processos representados como (realmente) ‘políticos’. (...) Em efeito, o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos constitutivos do campo feminista.”*

Movimentos sociais são tipicamente teorizados como um componente mais ou menos central da “sociedade civil”, como se estivessem em necessária relação com o Estado. Alvarez sustenta que os movimentos feministas geralmente se expandem *para “além da sociedade civil”*. Movimentos se articulam, formal e informalmente, por meio de redes político-comunicativas – ou melhor, *teias ou malhas* – reticuladas. *Atoras* que neles circulam se entrelaçam em malhas costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos: os “campos discursivos de ação”.

Se no campo do movimento feminista as teorizações sobre ondas, ciclos e fase do movimento colaboram para a complexificação das mudanças de atuação, contexto e prioridades do movimento, com as lutas LGBT é possível observar dinâmica similar. Regina Facchini (2005) realiza uma etnografia sobre o então Movimento de Gays e Lésbicas em São Paulo. A autora assinala algumas características gerais deste cenário: “surgimento e a crescente importância das ONGS – organizações formais baseadas em projetos delimitados de atuação – no cenário

nacional”. Facchini investe no deslocamento da categoria “povo” para a categoria “cidadão” no imaginário político nacional e na mudança da ênfase da “igualdade” para a ênfase no “direito à diferença” nas lutas e reivindicações dos atores da chamada “sociedade civil”.

“Pouco parece restar das características que remetem aos “alternativos” ou “libertários” nos grupos que observei em minha pesquisa. Como será mais bem detalhado adiante, os grupos e organizações que estudei em campo tenderam a se afastar, em diferentes graus, do caráter marcadamente comunitarista e antiautoritário que caracterizava as descrições sobre os movimentos “alternativos” ou “libertários” realizadas durante os anos 1980”. (FACCHINI, 2005)

“Sociedade Civil Organizada”: A autora analisa em seu livro as condições de formação e descreve o processo de erosão do “campo ético-político” referido ao “popular”, apontando sua substituição por uma categoria mais apropriada para o linguajar socio-estatal, a ‘sociedade civil organizada’. A autora entende que a preocupação com ter uma sede, bem como o registro oficial do grupo e o estabelecimento de uma diretoria, com cargos e funções claramente definidos, podem ser interpretados como uma institucionalização dos grupos, no sentido de que procuram deixar de utilizar espaços improvisados, de se reunir quase que clandestinamente e de evitar a criação de uma estrutura.

Facchini crê que a expressão de tais características pode estar relacionada à passagem para um regime democrático e a uma desarticulação da ênfase anti-autoritária, que havia se constituído, em boa medida, como reação ao ambiente autoritário criado pela ditadura”.

“O ativismo pelos direitos dos homossexuais volta a florescer nos anos 1990, quando os encontros nacionais do movimento passam a ocorrer com periodicidade anual ou bienal e a quantidade de grupos presentes a estes eventos aumenta consideravelmente” “O VIII EBGL contou com 26 oficinas e grupos de trabalho sobre: violência, cidadania, auto-estima, amor intergeracional, contrato de união civil gênero, homofobia, sexo seguro (prevenção às DST/AIDS), relação com a religiosidade e com as igrejas, travestis, lésbicas, transexualidade, prostituição, assumir-se, poder, relação com a mídia, relação com profissionais de saúde, comunicação no movimento, articulação com outros movimentos, articulação com o movimento em nível internacional (ILGA), legislação e financiamentos. Além de ser a primeira vez que o movimento nacional tinha um encontro financiado com recursos do Ministério da Saúde, e que reservava uma parte específica para a discussão de questões ligadas ao HIV/AIDS, este foi o encontro que reuniu o maior número de grupos, trazendo como novidade a presença de organizações de travestis e a discussão sobre temas como religiosidade, transexualidade e a articulação com o movimento em nível internacional. O VIII EBGL deixou como marca a aprovação da inclusão do termo “travestis” no nome dos próximos encontros do movimento”. (FACCHINI, 2005)

Material de Apoio

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, jan-julho 2014. pp. 13-56.
- CARRARA, Sergio; SIMÕES, Julio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. In: **Cadernos Pagu**, no.42 Campinas Jan./June, 2014.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina.; RODRIGUES, Julian. "Que onda é essa?": "guerras culturais" e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo In: **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. 1 ed. Porto Alegre : Rede Unida/Nuances, 2017, p. 35-60.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. In: **Revista Bagoas**, Natal, n. 4, pp. 131-158, 2009.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil In: **Sociedade e Estado**, v.29, n.2, 2014.433-447.

SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: Do movimento homossexual ao LGBT. Fundação Perseu Abramo, 2009.

Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Parte 4

Feminismo negro e interseccionalidades

O marco dos estudos sobre o feminismo negro para a crítica do “feminismo universal” e a expansão das abordagens pautadas pelas interseccionalidades, muitas vezes, é associado à Kimberlé Crenshaw, autora do “*Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*”, originalmente publicado em 2000 para um encontro de especialistas da UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (em inglês: *United Nations Development Fund for Women*), na Croácia.

O principal argumento gira em torno da crítica à apreensão dos discursos sobre direitos humanos quanto aos aspectos de gênero da discriminação racial associados aos aspectos raciais da discriminação de gênero e os seus efeitos interativos.

A crítica ao “universal”

Crenshaw estava interessada em promover um protocolo de ação para instituições de direitos humanos. O endereçamento é, portanto, ligado à dimensão de expansão de direitos, sob a crítica à Declaração Universal dos Direitos Humanos pautada pela luta contra o “universalismo”. Ao longo da década de 1990, em consequência do ativismo das mulheres, no campo das organizações dos direitos humanos, desenvolveu-se um consenso de que os direitos humanos das mulheres não devem ser limitados apenas a situações nas quais seus problemas e vulnerabilidades se assemelham aos sofridos pelos homens.

“ A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres ”

“Intersecção” e “intersecstar”: É conceito e é ação.

“Diferenças fazem diferença”: Intersecção das categorias produzem discriminações desproporcionais.

Mas, afinal, como definir?

Utilizando uma metáfora de intersecção, a autora cria uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe, constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Essas vias são, por vezes, definidas como eixos de poder distintos e mutuamente

excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando “interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam”.

Sua intenção é propor uma linguagem capaz de expressar a experiência das pessoas, além de expandir os parâmetros conceituais dos discursos em tratados internacionais. Ela usa “interseccional” como um adjetivo para qualificar situações, ao tratá-las como “subordinação interseccional”, “vulnerabilidade interseccional”, “protocolos interseccionais”. A fim de conferir inteligibilidade e visibilidade à “subordinação interseccional”, é preciso adotar uma política de “fazer outras perguntas” (inspiração em Mari Matsuda):

“Onde está o sexismo nisso? Qual a dimensão de classe? Onde está o heterossexismo? Onde está o racismo? De que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo? Há alguma estrutura de poder que permite que essas estruturas continuem?”

Kimberlé Crenshaw: Um “ponto de origem” para os debates sobre as interseccionalidades?

Como as ideias e práticas de interseccionalidade mudaram conforme foram traduzidas nos diferentes contextos materiais, sociais e intelectuais? Patricia Hill Collins, a partir do texto *“Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”*, nos ajuda a pensar as mudanças de contorno do feminismo negro e da interseccionalidade em três períodos:

- 1) Como o feminismo negro, no contexto de movimento social, adotou perspectivas de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de intersecção de poder;
- 2) Como essas ideias chegaram à academia inicialmente sob a rubrica de estudos de raça/classe/gênero e subsequentemente foram nomeadas e legitimadas como interseccionalidade;
- 3) As implicações da legitimação acadêmica de interseccionalidade para as políticas emancipatórias contemporâneas.

O argumento disparador da autora é: “Ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de slogans e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus June Jordan (Jordan, 1992)”, mulher negra estadunidense - declaração forte e precoce de intelectuais negras sobre interseccionalidade, em que a “liberdade é indivisível”, tanto intelectualmente quanto nas múltiplas lutas políticas. A discussão de Jordan sobre liberdade, de acordo com a autora, adianta ideias importantes dos projetos de conhecimento interseccionais, encarando a tarefa de compreender as desigualdades sociais complexas como intrinsecamente ligadas a uma agenda de justiça social.

Segundo Hill Collins, o objetivo principal dessas intelectuais era tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia.

E hoje, como anda a compreensão acadêmica contemporânea de políticas emancipatórias? O desafio seria traduzir as ideias dos movimentos sociais de liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa para formatos que possam ser reconhecidos por gestores de faculdades. “Algumas ideias foram assimiladas pelas normas acadêmicas predominantes enquanto outras foram censuradas ou deixadas à míngua”.

Para a autora, hoje, a academia reflete o contexto de uma tradução imperfeita. O que se perdeu na tradução, afinal? As narrativas contemporâneas sobre a emergência da interseccionalidade ignoram a sua relação com as políticas feministas negras dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos (EUA). Assim, Hill Collins resgata alguns exemplos históricos, como o volume editado por Toni Cade Bambara (1970), *“The Black Woman”*, feito por mulheres afro-americanas sobre emancipação com ensaios sobre como as mulheres negras nunca ganhariam sua liberdade sem perceber sua raça, classe e gênero; o Coletivo Combahee River, um grupo de mulheres afro-americanas que publicou o manifesto *“A Black Feminist Statement”* (1982); e o feminismo latino da década de 1980 com Gloria Anzaldúa, *“Borderlands”* (*“La*

Frontera”), que marcou uma importante contribuição na construção dos estudos de raça, gênero e sexualidade.

“Mulheres de cor”, como diz a autora, ao argumentarem as intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade, não produziram apenas documentos nos movimentos sociais, muitas entraram na academia como estudantes e docentes. O acesso a carreiras acadêmicas permitiu que elas trouxessem as ideias políticas do feminismo negro para os estudos de raça/classe/ gênero. A denominação inicial do campo como estudos de raça/classe/gênero refletia as relações dinâmicas entre os diversos movimentos sociais. À medida em que a incorporação acadêmica ocorreu, estratégias e argumentos associados a esses estudos se deslocaram e as políticas dos estudos de raça/classe/gênero associados aos movimentos sociais se reformularam como um campo de estudo acadêmico reconhecido.

Nesse contexto, nomear o campo parecia resolver o dilema. A construção da interseccionalidade ofereceu um termo “guarda-chuva” reconhecível, que fixava essas relações dinâmicas de modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta.

O que há em um nome? De raça/classe/gênero à interseccionalidade

Na década de 1990, o termo interseccionalidade emergiu nos limites entre movimentos sociais e a academia, como um termo que parecia capturar o crescente corpus interseccional de ideias e práticas. Ironicamente, narrativas da emergência da interseccionalidade raramente incluem o período dos movimentos sociais, e se limitam a localizar um “ponto de origem” no momento em que a academia primeiro noticia e nomeia este campo, segundo Hill Collins. Assim, as ideias associadas aos estudos de raça/classe/gênero na década de 1980 foram constantemente ignoradas até que atores institucionais poderosos o reconhecessem.

O “ponto de origem” associado a Crenshaw

Como uma teórica crítica da temática racial e advogada, Crenshaw não foi uma militante nos movimentos sociais, apesar de intimamente familiarizada com eles, de acordo com Hill Collins. O artigo de Crenshaw é tão frequentemente citado como inovador, que se coloca como um documento fundamental ao marcar a tradução dos entendimentos de interseccionalidade que vinham do feminismo negro, mesmo que Crenshaw não tenha tido esse objetivo.

Para a autora, o artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade e mais um marcador dos limites estruturais e simbólicos que a interseccionalidade sofreu ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia. O “ponto de origem” dessa história negligencia muitas outras pessoas que vieram antes de Crenshaw.

A fim de comprovar a sua tese, Hill Collins afirma que Crenshaw se baseia nas ideias do Coletivo Combahee não só para nomear a interseccionalidade, mas também para estabelecer relações entre identidade individual e coletiva; manter o foco nas estruturas sociais; teorizar casos de violência contra mulheres de cor como um conjunto de experiências com conexões estruturais, políticas e representativas; e para lembrar que o propósito dos estudos interseccionais é contribuir com iniciativas de justiça social.

A expansão das interseccionalidades como um projeto de conhecimento

Uma vez nomeada, ao longo dos anos 1990 e 2000, a interseccionalidade como projeto de conhecimento se expandiu na academia, com um crescimento explosivo no século XXI (no campo de ciências sociais, psicologia, economia etc). A incorporação da interseccionalidade na academia tem sido impressionante, mas essa incorporação também levanta questões sobre quais dessas ideias migraram para as instituições acadêmicas e quais não.

“ Liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa devem constituir as ideias centrais do feminismo, lutas por direitos civis, mas como essas ideias encontraram lugar em uma academia cada vez mais neoliberal? O que sobreviveu na migração do feminismo negro para a academia e seu condicionamento como

uma cada vez mais legítima interseccionalidade? De que forma os vínculos da interseccionalidade com a política emancipatória foram renegociados, em sua pesquisa crítica e sua práxis, em resposta às normas acadêmicas, tantas vezes antitéticas? O que se perdeu na tradução?”

A trajetória da interseccionalidade aponta para os desafios de avançar políticas emancipatórias em um contexto de academia neoliberal. O neoliberalismo valoriza a realização individual e a responsabilidade pessoal acima das idéias coletivas relativas ao bem público. Nessa lógica, segundo Hill Collins, problemas sociais podem ser mais bem resolvidos pela objetividade das soluções de mercado e do mérito individual, não políticas de ação coletiva.

... E no Brasil?

Quando o assunto é interseccionalidade, há que se lembrar do importante trabalho de Lélia Gonzalez no Brasil. O artigo *“Por um feminismo Afro-latino-Americano”* propõe uma reflexão sobre o papel das pessoas negras na história moderna do país e discute os efeitos do sexismo para mulheres racializadas e empobrecidas.

Assim, Gonzalez apresenta a dimensão política do mundo privado como o que desencadeou todo um debate público em que emergiu a tematização de questões como a sexualidade, a violência e os direitos reprodutivos etc, que se revelavam articulados às relações tradicionais de dominação e submissão.

Para a autora, o “extremismo” estabelecido pelo feminismo tornou irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. No entanto, o mesmo não ocorreu com outras discriminações, como a racial. Como se explica este “esquecimento” por parte do feminismo? – provoca Gonzalez. A resposta está no que alguns cientistas sociais caracterizam como “racismo por omissão”, cujas raízes se encontram numa visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade. Segundo ela, o feminismo latino-americano, ao não considerar a realidade da população negra, acaba por reproduzir o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região.

“Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas”

Racialmente estratificadas, as sociedades latino-americanas apresentam uma espécie de *continuum* de cor que se manifesta num verdadeiro “arco-íris classificatório”. Desse modo, a afirmação de que “somos todos iguais perante a lei” assume um caráter nitidamente “formalista”, diria Gonzalez. Para a autora, o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento.

“Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura”

Não são poucos os países latino-americanos que, desde a sua independência, aboliram o uso de indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos. Gonzalez atribui esse “silêncio ruidoso” sobre as contradições raciais a um dos mais eficazes mitos de “dominação ideológica”: o mito da democracia racial. “Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias”, diria a autora.

Gonzalez destaca ainda um dado da realidade histórica das “amefricanas” e “ameríndias” do Brasil e da América Latina: a conscientização da opressão é, antes de tudo, racial. Para ela, “exploração de classe” e “discriminação racial” constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres que pertencem a uma etnia subordinada.

Material de Apoio

Referências bibliográficas

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Ano 10, 1º Semestre 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo. Jan/Jun. V. 5, nº1, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n1, 2011.
- hooks, bell. Intelectuais Negras. In: **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. New York, Routledge, 1996. Publicado por Cadernos Pagu, 2006.
- CRENSHAW, Kimberlé W. 1989. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **University of Chicago Legal Forum**, 139-67.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, V.11, nº 2, Jul/ Dez 2008, pp.263-274.
- PISCITELLI, A. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. In: **Revista Contemporânea**, v. 3, nº 2, São Carlos/SP: 2013.

Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Parte 5 Transfeminismo

Os principais debates sobre transfeminismos na atualidade e o seu impacto para os movimentos feminista e LGBTI são alvos de cada vez mais pesquisas e trabalhos acadêmicos no Brasil.

Pra começo de conversa...

Por isso, vale a pena aceitar o convite de Mario Carvalho e Sergio Carrara para conhecer a história dos movimentos de travestis e transexuais. No artigo *“Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil”*, os autores trazem à tona a escolha do termo “orientação sexual”, fruto de um processo que envolveu a consulta a diversos pesquisadores na área de estudos de gênero e sexualidade. Importado da sexologia, segundo Carvalho e Carrara, a opção por este termo traz consigo o fortalecimento da separação entre performance de gênero e desejo sexual, contribuindo para afastar o estigma da efeminação. Assim, ao pleitear a inclusão do termo “orientação sexual” como direito e garantia individual relacionados à identidade homossexual, busca-se formalizar que a “diferença” na experiência homossexual está unicamente relacionada a se desejar uma pessoa do “mesmo sexo” e não a desejar “ser do sexo oposto”.

Carvalho e Carrara argumentam que, dotadas de uma identidade, “as travestis só surgem como sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas”. Apesar de outras possibilidades de análise, os autores adotam a hipótese de que a construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas “contaminassem” a identidade “homossexual” ou “gay”. Portanto, é no âmbito das transformações por que passa a categoria “homossexual” nos anos 1970 que se projetam “gays”, de um lado, e “travestis”, de outro, diriam os autores.

A experiência da AIDS

Segundo Carvalho e Carrara, o binômio violência policial/AIDS foi a pedra fundamental da constituição do movimento que, com o passar dos anos, incorporaria progressivamente outras bandeiras de luta. Tal binômio fomentou a criação da primeira casa de apoio a pessoas com HIV/AIDS no Brasil, a Casa de Apoio Brenda Lee, em funcionamento até hoje em São Paulo. As entrevistas realizadas pelos

pesquisadores com lideranças travestis apontam também para uma diversificação de formatos de atuação política em resposta à epidemia da AIDS.

“As organizações políticas de travestis e transexuais surgem num momento em que as políticas de AIDS já incluíam termos como *advocacy*, *peer education* e *empowerment*. O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa, e é amplamente utilizado pelo movimento LGBT”

O Transfeminismo como um “campo em ascensão”

Ao resgatar as raízes históricas do movimento, Thiago Coacci, no artigo “Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão”, dedica-se a uma criteriosa revisão de literatura sobre o sujeito do feminismo com foco nos encontros feministas latino-americanos e a participação de pessoas trans* nesses espaços.

“Quais as concepções de feminismo orientam o transfeminismo? É possível dizer que há no Brasil um movimento transfeminista? Como se deu o surgimento e o desenvolvimento do transfeminismo no país? Quais são as suas características e especificidades? Qual é a relação entre o transfeminismo e outros movimentos?”

Tensões sobre o sujeito do feminismo

Segundo Coacci, desde a década de 1970, o debate sobre o sujeito da teoria e do movimento feminista, ou do feminismo e suas diferenças, tem sido central. “Quem é legítimx para se autointitular feminista? Quem estaria sendo representadx pelo feminismo? Quem pode falar pelo feminismo? Quem pode participar de espaços feministas?”

São diferenças não apenas *entre* mulheres, mas também *dentro* das mulheres em suas múltiplas dimensões, diria o autor. A partir da década de 80 até os anos 2000, lésbicas, jovens, faveladas, indígenas e negras participam e reinventam o feminismo e a questão passou a ser como lidar com esses “novos” sujeitos e feminismos. A diversidade das participações nos encontros (como o Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, que impulsiona a Rede de Feministas Lésbicas da América Latina e Caribe e o Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, por exemplo) expõe denúncias e traz discursos sobre “diferença e desigualdade”.

Assim, mulheres preocupadas com a “fragmentação” do movimento feminista respondiam a demandas pelo reconhecimento das desigualdades entre mulheres a partir da valorização de uma causa geral, algo como um traço comum a todas. Assim, a incômoda presença de sujeitos trans* abalava as fronteiras do feminismo e as reconfiguravam, a partir das tentativas de construção de um feminismo transgênero ou transfeminismo.

“De modo mais abrangente, o termo transfeminismo ganhou visibilidade nos países de língua espanhola e portuguesa inicialmente a partir de Kim Perez Fígaes, com seu texto de 2004 ‘¿Mujer o Trans? La inserción de las transexuales en el movimiento feminista’, e após com a filósofa e ativista queer Beatriz Preciado (hoje, Paul B. Preciado) que, em 2009, publicou o texto ‘Transfeminismo y Micropolíticas del género en la era farmacopornográfica’. No final de 2004, por meio do manifesto da Rede PutaBolloNegraTransFeminista produzido na Jornadas Feministas Estatais do Estado Espanhol, o termo ganha maior notoriedade, sendo possível encontrar cópias desse manifesto em diversas páginas da internet. Desde 2011, há no Brasil um coletivo que se auto intitula Transfeminismo, que mantém página e grupo de discussões no Facebook, como um misto de espaço de sociabilidade e solidariedade e também como um espaço de autoformação e discussão sobre pautas transfeministas”

O transfeminismo e a internet

Blogs, grupos no Facebook, listas de e-mails, perfis no Twitter, no Tumblr... A circulação massiva de materiais de formação e mobilização e o diálogo transnacional com outras pessoas e grupos interessados logo ganha repercussão. Para Coacci, o transfeminismo estaria em sintonia com o que algumas teóricas chamariam de ‘a quarta onda do feminismo’ (ou, para Sonia Alvarez, um momento de “sidestreaming”), que fala sobre a existência de um novo frame para a atuação do feminismo, que rompe barreiras do Estado Nacional e promove articulação entre feminismos horizontais.

Ainda assim, o diálogo com o Estado permanecia intenso, sobretudo no que tange ao atendimento em serviços de saúde pública e ao reconhecimento jurídico do pedido de alteração de nome e gênero.

Então, o que é o “transfeminismo”?

“ O transfeminismo tende a reconhecer e valorizar diferentes formas de corpos, isso implica no fato de pessoas trans* poderem reivindicar a feminilidade/masculinidade mesmo sem se submeterem a mudanças corporais radicais, implica também em valorização de outros corpos que não se adequam aos padrões estéticos hegemônicos, corpos que não são malhados, não são magros e até corpos que são lidos pela sociedade como “defeituosos” ou “deficientes” são valorizados ”

O transfeminismo surge, então, segundo Coacci, como uma tentativa de repudiar o uso do gênero como um sinônimo de diferença sexual calcada em aspectos biológicos e universalizantes. Tais críticas permitem um alargamento da compreensão sobre o que é feminilidade/masculinidade e sobre o que é “ser mulher”, sob a dimensão de “processo” e/ou “construção”.

Material de Apoio

Referências bibliográficas

- ALTMAYER, Carlos Guilherme Mace, PORTINARI, Denise Berruezo. As ações estético-políticas de enfrentamento direto de Indianara Siqueira, pessoa normal de peito e pau. In: **Periodicus**. V.1. N.7. 2017.
- CARVALHO, Mario Felipe de L; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad , Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CLAM, n. 14, p. 319-351, 2013.
- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. In: **História Agora** nº 15, 2014, pp.134-161.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas Discursivas, Ciborgues e Transfeminismo. **Revista Gênero**, v. 14, p. 11-27, 2013.
- CARVALHO, Mario Felipe de L.; CARRARA, Sérgio. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante. **Contemporanea – Comunicação e Cultura**, Salvador:PosCom, v. 13, n. 2, p. 382-400, 2015.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Prolegômenos para o futuro pensamento transfeminista. In: Minella, L. S., Assis, G. O. & Funck, S. B. (Orgs.). **Políticas e fronteiras: desafios feministas**. Tubarão: Copyart, 2014. p. 97 – 111.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0. Rebeh - **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 1, n. 01. 2018.

Gênero, sexualidade e movimentos sociais

Reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Parte 6

Conservadorismos e moralidades na conjuntura atual

Transformações sociais importantes no que se refere a gênero e sexualidade no Brasil e em toda a América Latina configuram-se como um dos principais debates contemporâneos sobre a nossa conjuntura. A “virada conservadora” no Brasil e o foco na moral sexual da agenda conservadora, não raramente, tomam como alvos privilegiados os direitos relacionados à igualdade de gênero e à “diversidade sexual”.

Assim, gênero e sexualidade não surgem apenas como dimensões da vida social, mas como pontos centrais no debate político. A multiplicação e a renovada visibilidade de sujeitos políticos, suas lutas por reconhecimento e a oposição por parte de setores conservadores têm posicionado tais questões no centro de uma intrincada arena de disputas. O olhar para os desafios políticos e intelectuais colocados pela articulação entre direitos, justiça, moralidades, conservadorismo, violência e as ações e contrarreações de movimentos sociais no atual contexto tem ganhado a atenção de diversos pesquisadores, como aponta o dossiê organizado por Regina Facchini e Horacio Sívori.

“Para alguns, a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Conseqüentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social (Rubin, 1984)”

“Ideologia de Gênero”: um fantasma ou um inimigo?

Quando Rogério Diniz Junqueira propõe-se a revelar a gênese da categoria “ideologia de gênero”, no artigo *“Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’?*, vem à tona a produção de “um inimigo imaginário comum”, surgido nos desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais nos anos 1990 e início dos anos 2000.

“ Como produzir o inimigo discursivamente? Esforço criativo de nomeação para acusação – produção de um dispositivo retórico. Exemplos: teoria do *gender*, ideologia de *gender*, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero *queer*, teoria do gênero radical, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do *gender*, ideologia do *lobby gay*, ditadura do *gender*, *genderismo*, ou, simplesmente, *gender* ”

O autor menciona também a criação de “pânicos morais” e as “guerras sexuais” nos diferentes períodos históricos (1880 - Castidade, criminalização da prostituição e desencorajar a masturbação; 1950 - “Ameaça homossexual” – “ofensor sexual”; Comunidades eróticas que não se enquadravam no sonho americano pós-guerra eram perseguidas; 1980 - Invasão em saunas, prisões em bares, espancamentos de *queers*; Legislação contra prostituição e obscenidade) para a conversão católica do que viria a ser a ideia de “Teologia do Corpo”, sob o pressuposto de que é preciso respeitar a “especificidade do gênio feminino” (do gênero como uma dimensão naturalizada) e as recentes formulações sobre a “ideologia de gênero”.

O resultado, segundo Junqueira, é a reformulação sobre o discurso acerca da ordem sexual, das práticas sexuais, dos direitos sexuais das mulheres e das pessoas LGBT. Neste sentido, a educação de crianças ganha um lugar especial, sob o suposto da primazia (ou exclusividade) da família na educação moral e sexual dos filhos – daí, diria o autor, a proposta de uma escola “Não-ideológica”.

Afinal, “ideologia de gênero” existe?

Não e Sim.

Não – Os estudos de gênero não são uma ideologia, mas sim um conjunto de pesquisas que usam uma perspectiva para refletir sobre relações sociais e produção de normativas de feminilidades e masculinidades.

Sim – Como invenção vaticana polêmica, uma arma política e um dispositivo retórico. O que há um empenho à renaturalização (do século XIX) da ordem sexual e de gênero.

Exemplos de países com campanhas contra a “teoria/ideologia de gênero”: França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Bélgica, Polônia, Croácia, Eslovênia, Eslováquia, Lituânia, Finlândia, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Guatemala, México, Porto Rico, República Dominicana, Austrália, Nova Zelândia, Taiwan...

O Movimento Escola sem Partido e a “Ideologia de Gênero”

A proposta de uma “escola não-ideológica”, como nos lembrou Junqueira, vem acompanhada das premissas da “ideologia de gênero” e encontra um espaço promissor no Movimento Escola sem Partido (ESP). Fabiana Carvalho, Eliane Maio e Alexandre Polizel, no artigo “*Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais*”, propõem uma abordagem crítica e histórica sobre o recente fenômeno.

Como o Movimento Escola sem Partido surgiu no Brasil?

Os autores citam o episódio do “Julgamento do Macaco”, nos Estados Unidos, para historicizar o que chamam de “invasão do domínio público da escola por crenças de foro privado e a aplicação de lei para ‘vigiar e punir’” em diferentes lugares do mundo.

Em 2004, como iniciativa de estudantes e familiares, o Movimento Escola sem Partido surgiu no Brasil com três objetivos:

- 1) “Descontaminação e desmonopolização política e ideológica” das escolas;

- 2) Respeito à "integridade intelectual e moral" dos estudantes;
- 3) Respeito ao direito dos pais de dar aos filhos uma "educação moral" que esteja de acordo com suas convicções.

Seu mentor, o advogado paulista Miguel Nagib, segundo Carvalho, Maio e Polizel, corrobora com uma rede composta por corporações particulares de educação e de sistemas de ensino, famílias, partidos políticos ligados a determinadas empresas, igrejas e convicções doutrinárias cuja principal finalidade é delimitar o papel do professor e da escola ao nível da instrução técnica, ou seja, como agentes responsáveis pelo ensino e não pela educação de seus alunos.

De acordo com o site oficial, é necessário "descontaminar" a escola de formulações político-ideológicas cujos pretextos seriam promover uma visão crítica do mundo, sob o véu da "doutrinação" dos estudantes. A insurgência do ESP, portanto, surge como uma ferramenta de pedagogia cultural com a preocupação de regular, regimentar, coordenar, controlar e dispor sobre as táticas de ensino, as posturas teóricas, os encaminhamentos e respaldos metodológicos a fim de decalcar na escola uma suposta "neutralidade ideológica".

“As relações entre currículo e poder refletem as tensões e alianças que determinam quem legitima e escolhe o conhecimento a ser transmitido e quais questões irão compor os saberes escolares. Não há currículo neutro e nenhuma concepção de sociedade, educação e ensino está livre de traços ou fundamentos ideológicos apropriados para reproduzir hierarquias e desigualdades. A estratégia não é apenas invisibilizar as vozes e atuações dos outros, mas, sim, proibir que se fale ou que se componha a figura deste outro, ou, ainda, coibir os constructos teóricos e os saberes que legitimam identidades diferenciadas e os conhecimentos não hegemônicos”

A emergência dos feminismos: E o Estado com isso?

A pesquisadora Lia Zanotta Machado, no artigo *"Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas"*, esclarece alguns dos confrontos entre movimentações neoconservadoras e movimentos feministas que se intensificam nos governos Dilma. Segundo ela, a temática sustentada pelos feminismos desde os primórdios e expressas na I Conferência Nacional de Políticas Públicas sobre a educação pela igualdade de gênero, não sexista, não homofóbica e não lesbofóbica sofre tensões e reavaliações neste período.

Machado cita dois "incidentes" importantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, durante os governos Dilma, que enfraqueceram a política de apoio ao Programa de Educação de Gênero e Diversidade Sexual: "Incidente 1 - vídeos produzidos por ONGs (sob demanda do MEC) para promover a educação não sexista fazem as lideranças político-religiosas pressionarem a Presidência. O material é recolhido em 2011; Incidente 2 - em 2015, foram retirados pelo Congresso os objetivos de enfrentamento à desigualdade de gênero no Plano Nacional de Educação; contra o uso do conceito de gênero e da discriminação nas escolas".

“As políticas, total ou parcialmente bloqueadas, se constituíram como pontos nevrálgicos de discordância por parte das forças neoconservadoras (fundamentalistas): legalização do aborto, atenção e cuidado com o abortamento inseguro, legitimidade de diversos arranjos familiares e de uniões, sejam ou não do mesmo sexo, proposição de uma educação não sexista, não homofóbica e não lesbofóbica e o uso das teorias e conceito de gênero”

Os "incidentes" marcaram, então, a distância com o Legislativo e fizeram o Executivo se afastar ainda mais das pautas dos movimentos. Diante deste cenário, demandas éticas por pluralidade face a demandas neoconservadoras por moralidade impositiva passam a se desdobrar com mais intensidade. De acordo com a autora, os movimentos neoconservadores contrários aos direitos das mulheres e das pessoas LGBT alegavam a necessidade da ordem social e dos "bons costumes" para que a sociedade trilhe o "caminho da salvação".

Material de Apoio
Referências bibliográficas

- CARRARA, Sergio; FRANÇA, Isadora. Lins; SIMÕES, Julio. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. In: **Revista de Antropologia**. (São Paulo, Online), v. 61 n. 1: 71-82. USP, 2018.
- FACCHINI, Regina. e SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. In: Cadernos Pagu, no.50, Campinas: 2017.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina; Magalhães, Joanalira Corpes. (org). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2017.
- BIROLI, Flavia. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. In: **Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil**; BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther (orgs). Editora Zouk, 2017.
- BULGARELLI, Lucas. **Quem ainda tem medo do movimento LGBT?**. Jornal Nexo, 14 jan. 2018.
- MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. In: **Cadernos Pagu**, n.47, e16471. 2016.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 21. Brasília, Set/Dez 2016, pp 147-186.

Ficha Técnica

Promoção: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP)

Departamento: Antropologia (DA/USP)

Título do Material do Didático: Gênero, sexualidade e movimentos sociais: reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI

Material baseado no Curso de Atualização: “Gênero, sexualidade e movimentos sociais: reconfigurações e resistências de lutas feministas e LGBTI”

Período ministrado: De 20 de março de 2019 a 24 de abril de 2019

Carga horária ministrada: 18h

Local: FFLCH - Prédio de Filosofia e Ciências Sociais

Coordenador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões (DA/USP)

Responsáveis:

Lucas Bulgarelli

lucasbulgarelli@gmail.com

Lucas Bulgarelli, antropólogo e pesquisador, bacharel em Direito (USP), mestre (USP) e doutorando (USP) em Antropologia Social. Foi pesquisador do Internetlab - Pesquisa em Direito e Tecnologia e é pesquisador do Núcleo dos Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS-USP). Trabalha com temas ligados a movimentos sociais, gênero e sexualidade, engajamento político, eleições e redes sociais.

Paula Alegria

paulaalegriab@gmail.com

Paula Alegria é jornalista e antropóloga. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas-USP). Tem experiência na área de Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, juventude, gênero, sexualidade e práticas políticas.

Créditos

Foto da Capa: Freepik.com

São Paulo
Abril de 2019